
EMPREGO E RENDA NA « PEQUENA PRODUÇÃO » URBANA NO BRASIL

Paulo Renato Souza*

INTRODUÇÃO

O propósito do presente trabalho é analisar a participação da “pequena produção” no emprego urbano no Brasil, bem como discutir alguns aspectos centrais do processo de determinação da renda de seus ocupados. Antes de tudo é importante esclarecer a natureza do conceito que manejamos ao referirmo-nos à “pequena produção”. Queremos dar conta de um universo de entidades econômicas que se caracterizam por não serem “tipicamente capitalistas” apesar de estarem inseridas em um contexto de uma sociedade cujo modo de produção dominante é o capitalismo.

As características básicas que distinguem as formas não tipicamente capitalistas das demais estão conectadas ao tipo de relações de produção que se observam em seu interior. Em primeiro lugar, podemos classificar nesse grupo as empresas onde o trabalho assalariado permanente não existe; trata-se dos trabalhadores autônomos que contam, ou não, com ajuda familiar. Em segundo lugar, temos

as pequenas empresas onde, existindo o trabalho assalariado permanente, o proprietário dos meios de produção não está totalmente desvinculado das tarefas diretamente produtivas, ou seja, daquelas ligadas à atividade principal da empresa ou negócio⁽¹⁾.

Infelizmente não poderemos focar de início o tema central de nosso trabalho — a análise de alguns rasgos principais da situação brasileira — sem antes procurar, brevemente, resumir alguns aspectos de nossa interpretação sobre a dinâmica do mercado de trabalho em relação ao emprego e renda na pequena produção urbana⁽²⁾.

Na seção seguinte procuramos dar conta, de modo breve, de dois aspectos teóricos vin-

* Do Departamento de Economia e Planejamento Econômico — DEPE, Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

¹ Como sempre acontece quando dedicamos algum esforço a uma tentativa de classificação ou sistematização, as “zonas de indefinição” são apreciáveis. Não estamos preocupados com as mesmas; ao contrário, nossa intenção é matizar os traços essenciais dos fenômenos que queremos retratar. Como se pode apreciar, também nosso universo de análise tem muito em comum com o do já agora “tradicional” conceito de “Setor Informal”.

² Esse resumo contém aspectos que foram mais minuciosamente analisados em minha tese de doutoramento apresentada na UNICAMP (Souza, 1980, esp. caps. II, III e IV).

culados à forma pela qual se insere a pequena produção na economia urbana. Em primeiro lugar, analisamos os processos simultâneos de geração de empregos e de determinação das rendas na pequena produção. Procuramos, em seguida, sistematizar alguns aspectos então tratados, em uma tentativa de formular uma tipologia da produção em moldes não tipicamente capitalistas nas cidades.

A análise do caso brasileiro está também dividida em duas partes. Na primeira procuramos dar conta das características principais da evolução do emprego urbano durante o pós-guerra, usando dados gerais do período 1960-70 e informações parciais da década dos anos setenta. A segunda parte procura analisar minuciosamente a estrutura do emprego e da renda nas cidades com mais de 50.000 habitantes em 1970, adotando a mesma tipologia definida na seção anterior, e utilizando uma tabulação especial do Censo⁽³⁾ desse ano. Em alguns casos foi possível confrontar alguns dos resultados que encontramos com as cifras do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) de 1974. O problema de se trabalhar com cifras de anos passados é menos importante do que parece à primeira vista, pois estamos procurando detectar algumas características *estruturais* da pequena produção urbana que devem ser observáveis durante um processo de industrialização como o experimentando pela economia brasileira nos últimos 30 anos.

O trabalho é terminado por algumas conclusões nas quais se enfatiza o caráter essencialmente heterogêneo da "pequena produção" dentro do universo urbano do Brasil, especialmente no que diz respeito à renda que os seus ocupados obtêm em cada tipo de cidade como também em relação aos assalariados de ocupações afins.

Essas conclusões permitem tomar por relativa, até certo ponto, a contribuição do comportamento do emprego na explicação do caráter "excludente" em termos sócio-econômicos do modelo de desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas.

³ Essa tabulação nos foi gentilmente cedida pelo INPES/IPEA, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a quem expressamos nosso agradecimento.

A PEQUENA PRODUÇÃO NA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Acumulação e estrutura de emprego

Podemos definir o "espaço econômico" de uma economia ou de um país qualquer, como equivalente ao volume total de sua produção de bens e serviços. Uma parte desta produção vai ao mercado e outra é elaborada pelas próprias pessoas que irão consumi-la. A produção para o mercado é realizada por unidades econômicas de diversa natureza, desde empresas tipicamente capitalistas até simples trabalhadores autônomos.

A acumulação capitalista não só depende da existência de mercado suficientemente amplo e concentrado para permitir elevado grau de divisão do trabalho, como ela mesma promove a expansão do mercado num mercantilismo de retroalimentação. Se partíssemos de uma situação teórica em que o abastecimento de um determinado mercado fosse feito exclusivamente por empresas mercantis simples (não tipicamente capitalistas) teríamos uma evolução ao longo do tempo, em que as formas tipicamente capitalistas de organização iriam penetrando e ampliando esse mercado, desalojando do mesmo as formas empresariais preexistentes. O processo de penetração das formas tipicamente capitalistas de organização nos diferentes mercados é inexorável e pode estar — ou não — associado a um maior grau de "eficiência econômica" em termos microeconômicos. Muitas vezes a empresa tipicamente capitalista destrói a pequena produção, apesar de oferecer produtos de menor qualidade e de sua "produtividade" microeconômica ser também inferior. Em tais situações, a penetração da empresa capitalista justifica-se pelo poder econômico e, em conseqüência, por sua capacidade de dominar o mercado.

Isso tudo não significa que o espaço econômico da pequena produção tenda a desaparecer ao longo do processo de desenvolvimento capitalista de uma economia qualquer. Ao contrário, esse espaço pode até mesmo crescer em termos absolutos. Em algumas atividades, a pequena produção é destruída

pela penetração das empresas capitalistas: os pequenos armazéns e o pequeno comércio têm o seu "espaço econômico" ocupado pela instalação dos supermercados; entretanto, essas mesmas pequenas empresas têm possibilidade de reproduzir-se nos bairros novos da cidade onde o mercado ainda não é suficientemente concentrado para permitir a instalação das empresas tipicamente capitalistas. Da mesma forma, a instalação de alguns ramos industriais muito modernos como a indústria de eletrodomésticos ou a automobilística, tende a criar novos espaços para a reprodução de pequenas empresas familiares na comercialização, reparação, licenciamento etc. deste tipo de bens. Outras vezes, a expansão de grandes organizações supõe a articulação orgânica de pequenas empresas, que são formalmente independentes⁽⁴⁾.

No contexto aqui explicitado, podemos pois afirmar que o núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, *cria, destrói e recria* os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não tipicamente capitalista. É neste sentido, também, que podemos dizer que os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista. Isto significa que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia em que o capital já é dominante.

Do ponto de vista do emprego devemos considerar, de modo análogo, o conjunto das pessoas vinculadas à produção de bens ou serviços que têm a possibilidade de ser transacionadas em um mercado. Isto nos aproxima do moderno conceito de "População Economicamente Ativa" que engloba todos os empregados assim como os patrões que administram seus negócios e os ocupa-

dos nas organizações não tipicamente capitalistas, inclusive os que produzem bens para autoconsumo.

À medida que o processo de acumulação de capital se desenvolve, juntamente com a crescente participação das empresas capitalistas no "espaço econômico" vai aumentando sua gravitação no *emprego* total. A mão-de-obra, que estava originalmente ocupada nas formas não tipicamente capitalistas de produção, vai sendo liberada de suas funções, dada a destruição de seu mercado pela penetração capitalista, necessitando, portanto, buscar outro meio de subsistência. Se for possível reproduzir a pequena produção em outra área ou outra atividade urbana ou rural, a mão-de-obra deslocada pela penetração capitalista procurará recriar seu modo de vida anterior. Muitas vezes esta reprodução não é possível (ao menos de imediato), seja porque o processo de destruição da pequena produção chegou ao extremo da expropriação dos meios de produção, seja porque faltam os conhecimentos suficientes para a mudança de uma atividade à outra. Em tais casos, a destruição da pequena produção significa, imediatamente, a proletarização desta mão-de-obra que deve assalariar-se para ganhar sua subsistência.

O núcleo capitalista de uma economia satisfaz suas necessidades de mão-de-obra mediante a incorporação desses trabalhadores deslocados da pequena produção, bem como da incorporação dos contingentes resultantes do crescimento natural da força de trabalho urbana. O ritmo dessa incorporação dependerá do ritmo de crescimento do produto e da técnica utilizada, que impõe determinados coeficientes de mão-de-obra requerida. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, a concorrência entre os capitais levou à concentração crescente, ao aumento da composição orgânica do capital e à diminuição da mão-de-obra requerida por unidade de produto.

Algumas vezes, em conseqüência do alto ritmo do crescimento da população e do rápido processo de destruição do espaço da pequena produção rural e urbana, o ritmo de crescimento da "oferta" de mão-de-obra é

⁴ Assim, por exemplo, as grandes cadeias de restaurantes nos Estados Unidos mantêm subcontratos com um grande número de pequenos proprietários, que integram a cadeia ao lado dos estabelecimentos que são, de fato, propriedade do grupo econômico respectivo; da mesma forma, muitas agro-indústrias (fumo, açúcar etc.) articulam um grande número de pequenos proprietários rurais que lhes fornecem os insumos básicos.

tão rápido que o núcleo capitalista da economia não necessita manter empregado o estoque *acumulado* de todas as pessoas que sofreram o processo de proletarização. Em tais casos, os contingentes liberados ou não absorvidos, lutarão pela subsistência atuando nos espaços reservados à pequena produção mercantil simples⁽⁵⁾. Neste caso, deixam a força de trabalho e passam a fazer parte do emprego não tipicamente capitalista.

Em resumo, a penetração das formas tipicamente capitalistas de organização no espaço econômico e sua gravitação sobre o emprego total são regidas por leis completamente diferentes e não têm porque se harmonizar. A única lei geral que relaciona os dois movimentos é a de que nunca o capital pode-se reproduzir se não contar com a mão-de-obra necessária. Ou seja, a "oferta" de trabalhadores — produto da destruição das formas não tipicamente capitalistas e do crescimento da população — deve sempre ser superior a um determinado mínimo. Mas nada garante que a "produção de força de trabalho" — ou o crescimento da "oferta" — não seja muito superior às necessidades do núcleo capitalista. Se isto ocorre, a mão-de-obra que resta tende a "retornar" à produção não tipicamente capitalista para assegurar sua subsistência. O espaço no qual atuará é também determinado pelo núcleo capitalista, mas nada assegura que esse espaço seja suficiente para proporcionar um nível de renda "adequado" aos aí ocupados. Se a relação entre as duas dimensões for "adequada" o nível de renda será alto; se não o for, relegará à miséria uma parte grande desse contingente de pessoas⁽⁶⁾.

⁵ O processo migratório e de incorporação de trabalhadores às atividades urbanas no Brasil parece seguir uma seqüência que se ajusta a este esquema: os migrantes em geral incorporam-se à construção civil para depois — quando já conseguiram "localizar-se" no mundo urbano — tentarem a sorte numa atividade autônoma ou na pequena produção.

⁶ O espaço econômico da pequena produção assemelha-se a uma esponja. A quantidade de água contida é variável e corresponde à dimensão ocupacional da produção não tipicamente capitalista. Na segunda parte deste capítulo retornaremos a esse ponto para examinar as condições que determinam o nível de renda nas diversas formas de organização não tipicamente capitalistas.

Uma importante conseqüência do que agora foi visto é que tais atividades devem apresentar um elevado "grau de facilidade de entrada" de novos "produtores" principalmente à luz da situação prevalecente no núcleo capitalista. Assim sendo, o *produto médio* das atividades mercantis simples é a variável que ajusta o tamanho do seu espaço econômico ao número de produtores que garantem sua sobrevivência atuando nesta franja do mercado⁽⁷⁾. No caso de produtores autônomos, o produto médio coincide com a renda média; nos casos de empresas que se utilizam do trabalho assalariado, apesar de não possuírem as características típicas das empresas capitalistas, o produto médio inclui tanto a renda dos proprietários como o salário dos empregados.

Esta formulação permite considerar os problemas de baixa renda dos ocupados na pequena produção mercantil, principalmente como produto de uma inadequada relação entre o tamanho do espaço econômico no qual atuam e sua dimensão ocupacional. A condição essencial para que o produto seja a variável de ajuste entre as duas dimensões é o grau de facilidade de entrada de novos produtores nas diversas atividades não tipicamente capitalistas. Este grau, contudo, não é o mesmo para todas essas atividades. De fato, podemos distinguir diversos segmentos que se diferenciam por várias razões, entre eles o grau de facilidade de entrada que apresentam. A seguir procuraremos uma classificação sistemática daquelas atividades, mostrando suas características básicas.

Uma tipologia das organizações não capitalistas

Procuraremos sistematizar alguns conceitos que permitam construir uma tipologia das organizações não tipicamente capitalistas nas economias atrasadas do século XX, tendo em mente a situação de países como os latino-americanos, especialmente os mais desenvolvi-

⁷ Esta idéia foi desenvolvida em outros trabalhos do autor. Veja-se a propósito Souza e Tokman (1976).

dos. A especialização das formas da pequena produção mercantil tem significado importante sobre as rendas que cada tipo de organização pode proporcionar aos seus ocupados. Podemos agrupá-las inicialmente em dois grandes grupos: aquelas onde o assalariamento permanente não existe (podendo ocorrer o assalariamento eventual), e as que podem ser caracterizadas como quase capitalistas — o assalariamento permanente existe, mas o trabalho familiar também é importante e/ou o “patrão” não está desvinculado das tarefas propriamente produtivas⁽⁸⁾.

FORMAS DE ORGANIZAÇÕES MERCANTIS SIMPLES SEM ASSALARIAMENTO PERMANENTE

As empresas familiares

Em primeiro lugar devemos considerar as pequenas “empresas” ou os trabalhadores autônomos (excluindo, por razões óbvias, os profissionais liberais independentes), que podem ser considerados “eficientes e produtivos” no preenchimento dos espaços econômicos outorgados pelo núcleo capitalista. Estão concentrados essencialmente no pequeno comércio estabelecido, na pequena indústria (v.g. padarias, confecções, serralherias), nas oficinas mecânicas etc.

Seu caráter de “eficientes e produtivos” deriva do uso de algum equipamento e instalações ou do acesso a mercados não competitivos. De fato, em geral, estas unidades econômicas dispõem de alguns bens de produção que foram adquiridos com “poupança” anterior ou resultam da própria operação do negócio. Por outro lado, tais empresas têm acesso a mercados protegidos da competição de outras unidades “mercantis simples”. Não é possível, portanto, a entrada indiscriminada de novos produtores, que levaria à queda no produto

⁸ Entendemos aqui por “tarefas produtivas” aquelas vinculadas à produção dos bens ou serviços a que cada empresa ou unidade econômica se dedica. Excluímos deste conceito, portanto, as tarefas administrativas vinculadas somente à direção das empresas.

médio por empresa e na renda dos ocupados. A proteção desse mercado resulta da atomização do mesmo, da política de clientela, das relações pessoais etc., fenômenos bastante conhecidos não só na literatura econômica como também por meio do “senso comum”

Os trabalhadores por conta própria subordinados

Um amplo segmento de trabalhadores nas atividades não agrícolas está constituído por indivíduos que formalmente são autônomos mas, de fato, produzem ou prestam serviços a uma única empresa ou capital. Trata-se de uma forma especial de assalariamento e submissão de trabalhadores que empresas *dos mais diversos portes e graus de modernidade* utilizam para rebaixar alguns custos de mão-de-obra. O caso das costureiras que trabalham a domicílio para determinada fábrica na confecção de peças de vestuário previamente cortadas; ou o caso de vendedores ambulantes de produtos de determinada marca (sorvetes, bebidas, comestíveis), que recebem uma “comissão” por unidade vendida, são dois bons exemplos dessa forma de organização.

A entrada de novos “produtores” não oferece problemas tão sérios como os que se verificam no caso das empresas familiares, o que tende a deprimir a renda dos ocupados, seja por uma menor “taxa de remuneração” paga pelas empresas, seja por um menor volume de operações de cada trabalhador. A renda média, portanto, tende a ser a variável de ajuste entre o espaço econômico que é próprio a esta atividade e o número de pessoas que deve subsistir no mesmo.

Os pequenos vendedores de serviços

No terceiro segmento não capitalista temos uma imensa gama de trabalhadores autônomos que, nem estão protegidos pelo volume dos equipamentos que utilizam ou pela reserva do mercado em que operam, nem estão subordinados a um só capital. A maioria dos “biscateiros” vendedores ambulantes, engra-

xates, cuidadores de auto etc. enquadrar-se-iam nessa categoria. Muitas vezes pode haver algum laço com o capital pelo lado dos juros que são pagos a agiotas que financiam suas operações, mas essa subordinação não é vinculada à atividade principal do indivíduo. A entrada de novos produtores é ainda mais livre que no caso anterior e com maior razão, portanto, a renda média é a variável de ajuste entre *um mercado dado* (reservado a esse tipo de produção pelo sistema econômico) e o número de pessoas que recorre a essas ocupações para sobreviver.

O serviço doméstico

O serviço doméstico constitui um caso muito especial dentro do mercado de trabalho. Formalmente, estamos em presença de assalariados, mas não existe a subordinação a um capital. Os serviços são prestados a uma unidade *não econômica*, a família. A "unidade econômica" neste caso, é o próprio trabalhador que vende seus serviços, podendo, para fins de classificação, ser assimilado aos demais trabalhadores autônomos.

As condições de "facilidade de entrada" de novos "produtores" a esse mercado são muito amplas em termos gerais. De fato, essa é a atividade onde se dá, majoritariamente, a primeira inserção de migrantes do sexo feminino no mercado de trabalho urbano. A tendência ao estabelecimento de relações pessoais, contudo, é muito forte, o que impede se fale de um mercado competitivo com uma taxa de salário vigente para o conjunto do serviço doméstico.

AS QUASE EMPRESAS CAPITALISTAS

As quase empresas capitalistas constituem um conjunto especial de unidades econômicas cujo comportamento é semelhante, em vários aspectos, ao de empresas familiares, com a diferença que se utilizam permanentemente do trabalho assalariado. Frequentemente o próprio patrão está envolvido no processo produtivo e seu comportamento empresarial não pode ser totalmente assimilado ao de

empresas capitalistas propriamente ditas. As semelhanças com as empresas familiares, por outro lado, são enormes. A "taxa de lucro" não é a variável chave do funcionamento dessas empresas, sendo muito mais importante o nível de *rendimento total* do proprietário. Em geral, sua inserção no mercado é, também, intersticial, não existindo a competição real com outros capitais.

O assalariamento, nestes casos, tem algumas peculiaridades dignas de menção. Tendem a prevalecer relações não formalizadas legalmente como também não são muito rígidas coisas como horário, jornada de trabalho etc. O nível de operações, em geral, é suficiente para garantir um nível "adequado" de rendimento ao proprietário, mas não necessariamente para que a mão-de-obra assalariada possa ser remunerada de acordo com a legislação vigente⁽⁹⁾.

A grande instabilidade e rotatividade de mão-de-obra seria característica desse mercado de trabalho.

A entrada de "novos produtores" teria dificuldades tão grandes como no caso das empresas familiares, pelas mesmas razões apontadas. Portanto, não se poderia falar no "produto médio" dessas empresas como a "variável de ajuste" desse mercado entre o volume de operações e o número de produtores.

O caso do Brasil

INDUSTRIALIZAÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGOS NA PEQUENA PRODUÇÃO DO BRASIL NO PÓS-GUERRA⁽¹⁰⁾

Durante o período central da industrialização brasileira e particularmente no final

⁹ Isso faz supor que boa parte dos empregados com salários inferiores ao mínimo que aparecem em censos demográficos e pesquisas de domicílios, esteja ocupada nessas empresas. (A outra parte estaria constituída por menores e mulheres em regime de jornada parcial em todo tipo de estabelecimento.)

¹⁰ Os dados com que trabalhamos na presente seção fazem parte do Relatório de Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, DEPE, UNICAMP, 1980. As tabelas que aqui incluímos recolhem apenas a parte das informações que nos parecem mais interessantes. No texto, contudo, são mencionados alguns dados extraídos diretamente do Relatório mencionado.

TABELA 1

BRASIL: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO EM ALGUNS ESTADOS POR SETORES ECONÔMICOS 1950-1970

porcentagens

Unidades da Federação	Emprego total			Emprego agrícola			Emprego não agrícola								
	50/60	60/70	50/70	50/60	60/70	50/70	Setor Secundário		Setor Terciário		50/60	50/70	60/70	50/70	
	50/60	60/70	50/70	50/60	60/70	50/70	50/60	60/70	50/60	60/70	50/60	60/70	50/60	60/70	50/70
São Paulo	2,5	3,5	3,0	-0,1	-1,2	-0,7	4,2	5,2	4,7	2,7	6,0	4,3	4,9	4,9	4,9
Rio de Janeiro	2,1	3,0	2,5	-0,7	-1,8	-1,3	2,7	3,6	3,2	0,3	4,3	2,3	3,3	3,3	3,3
Minas Gerais	2,1	1,5	1,8	0,9	-0,2	0,4	4,3	3,6	4,0	1,4	4,2	3,1	4,9	3,5	4,2
Rio Gr. do Sul	2,3	2,5	2,4	1,4	0,9	1,2	3,6	4,2	3,9	1,2	5,9	3,5	4,2	3,7	4,0
Bahia	2,4	1,6	2,0	2,0	0,7	1,4	3,4	3,5	3,4	1,6	3,4	2,5	4,1	3,2	3,6
Pernambuco	1,4	1,2	1,3	0,7	-0,5	0,1	2,5	3,6	3,0	-0,5	3,2	1,4	3,5	3,5	3,5
SubTotal 6 Est.	2,2	2,5	2,3	0,8	-0,1	0,3	3,6	4,3	4,0	1,7	5,2	-3,4	4,3	3,9	4,1
Outros Estados	3,7	2,9	3,3	3,1	1,5	2,3	5,3	5,7	5,5	2,8	5,2	4,0	5,8	5,9	5,9
Total Brasil	2,7	2,6	2,7	1,8	0,6	1,2	3,7	4,8	4,3	1,9	5,2	3,6	4,6	4,5	4,5

FONTE: DEPE, UNICAMP Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados originais dos Censos Econômicos e Demográficos do Brasil.

* Total inclui construção civil, excluída do setor secundário.

dos anos 60, os cientistas sociais latino-americanos viveram época de grande apreensão e discussão sobre o caráter excludente e concentrador do processo de industrialização na América Latina em geral e no Brasil em particular. Em termos ocupacionais, os indicadores disponíveis mostravam claramente que a "marginalidade urbana" aumentava sensivelmente como proporção da população das cidades. Isto ocorria justamente no período em que, de acordo com o modelo teórico "cepalino" a absorção de mão-de-obra industrial deveria ter sido mais rápida; esperava-se ainda o declínio dos débeis ritmos de geração de emprego na indústria, concomitantemente ao prosseguimento do processo (CEPAL, 1966; Pinto, 1965; Vuskovic, 1970). Além disso, observa-se a aguda concentração espacial da população que em todos os países — exceto o Brasil — tendia a buscar seu meio de vida nas capitais, face à ausência de outras alternativas ocupacionais nas zonas agrícolas e nas pequenas cidades. No começo dos anos 70, por outro lado, a crítica ao modelo dualista da CEPAL procurou mostrar que a "inchação" do terciário, em termos ocupacionais, não seria uma "anomalia" do sistema, mas teria certa lógica desde que o crescimento do emprego não capitalista nas atividades de serviços das regiões periféricas seria bastante importante do ponto de vista da acumulação de capital (Oliveira, 1976).

Creio que agora podemos "regressar" ao período em questão, de forma mais segura do que era permitido pelas informações mais ou menos esparsas então disponíveis, especialmente sobre o comportamento da década dos anos 60. Nossas conclusões não diminuem a gravidade dos problemas da marginalidade, miséria e pobreza (o caráter "excludente" do modelo de desenvolvimento), apontados nas referidas análises. Apenas a sua vinculação direta e exclusiva com o baixo ritmo de incorporação de mão-de-obra às atividades "modernas" fica um tanto prejudicada com as evidências agora disponíveis. Da mesma forma; a crítica de Oliveira (1976), baseada na idéia de uma dicotomia entre "centro" e "periferia" nacionais em que o primeiro teria criado os "bons" empregos e a segunda teria encarregado de permitir a sobrevivência

dos excluídos, mediante uma grande expansão dos empregos "marginais" não encontra guarida na informação disponível. Ao contrário, o "Centro" — São Paulo, no caso do Brasil — parece ter criado tanto os "bons" como os "maus" empregos a um ritmo muito superior ao das demais regiões. Não obstante, veremos na segunda parte desta seção que os níveis de vida proporcionados pelos empregos "marginais" são muito diferentes entre as várias regiões do País.

A fim de poder dar conta da enorme complexidade dos temas a serem analisados, trabalhamos a informação disponível com três tipos de cortes analíticos. Em primeiro lugar temos o aspecto regional, no qual contrastamos as cifras globais do País com a evolução de seis dos seus Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Em conjunto os mesmos representam, ao longo do período analisado, cerca de dois terços do total do emprego não agrícola no Brasil, tendo grande "peso específico" nas definições das tendências globais. Além disso, contamos com os dois estados economicamente mais importantes, com dois de "desenvolvimento intermediário" e com dois pertencentes ao "coração" da "periferia" nacional.

O segundo corte refere-se à dimensão setorial do emprego em termos das atividades a serem consideradas. Adotamos a classificação tradicional que separa o emprego não agrícola em secundário, construção civil em terciário. Este, por sua vez, foi subdividido em comércio, serviços, transportes, comunicações e armazenagem, atividades sociais privadas, emprego público e profissionais liberais¹¹.

O terceiro corte, finalmente, é o mais inovador e complexo. Nele procuramos dar conta dos problemas analisados na seção anterior referentes à criação, destruição e recriação de oportunidades de emprego "não tipicamente capitalista" ao longo de um processo de industrialização. Uma primeira aproximação ao te-

11 O emprego público inclui os serviços sociais públicos. A discriminação dos passos metodológicos seguidos no processo de ajustamento entre os censos encontra-se no Relatório de Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, DEPE, UNICAMP, 1980.

ma é possibilitada por um corte dicotômico entre emprego "capitalista" e "não capitalista". Ao contrário dos outros, esse é de difícil mensuração, devendo-se, muitas vezes, recorrer a hipóteses "heróicas". Por intermédio das mesmas pudemos chegar a medir dois universos que, *grosso modo*, deveriam corresponder aos conceitos mencionados⁽¹²⁾.

Tendências gerais de crescimento do emprego

O emprego total no Brasil cresceu à apreciável taxa de 2,7% ao ano, no período 1950-70. O rápido processo de migração rural-urbana pode ser apreciado pela diferença nas taxas de crescimento do emprego agrícola (1,2% ao ano entre 1950 e 1970) e do não agrícola (4,3% ao ano no mesmo período), como pode ser visto na tabela 1.

Do ponto de vista regional são duas as tendências mais claras. Em termos do dinamismo do crescimento, os seis estados considerados perdem participação em conjunto no to-

tal do emprego, mas o Estado de São Paulo logra aumentar levemente sua gravitação em função do alto ritmo de crescimento do emprego urbano. Isto significa que os demais estados (os menos populosos e/ou menos "desenvolvidos" em 1950) aumentam sua participação no emprego total de 32% a 37%; esta tendência observa-se tanto ao nível do emprego agrícola quanto do não agrícola.

Estas cifras sugerem um tipo de crescimento do emprego, especialmente o urbano, "polarizado" e descentralizado ao mesmo tempo. O maior dinamismo esteve em São Paulo e nas regiões de ocupação mais recente. Este padrão relativamente descentralizado de crescimento do emprego não agrícola esteve provavelmente vinculado à expansão acelerada das cidades médias. De fato, ao nível do processo mais geral de urbanização, Faria (1976) mostrou que o número de cidades com mais de 20.000 habitantes passou de 85% a 270% entre 1950 e 70, ao mesmo tempo que a gravitação de São Paulo e Rio de Janeiro na população urbana caiu de 42% a 28% entre os mesmos anos.

A participação do emprego "organizado" e do "não organizado" no total não agrícola, manteve-se *inalterada* entre 1950 e 1970, representando o primeiro 63% e o segundo 27%; a Construção Civil responde pelos restantes 10% (ver tabela 2). Esta constância esconde, contudo, importantes modificações no interior das atividades e dos extratos mencionados, como veremos depois.

A constância das participações pode ser observada em todos os Estados considerados, com exceção do Rio de Janeiro e da Bahia. No primeiro caso, o emprego "não organizado" ganha participação, o que provavelmente se deve a vários fatores, como sua perda de posição na produção industrial e o fato de ter deixado de exercer importantes funções administrativas a nível federal. Por outro lado, é também certo que a cidade do Rio de Janeiro continuou abrigando uma importante população de médias e altas rendas e continuou sendo o centro turístico mais importante do País, o que tende a manter e aumentar as oportunidades de emprego para uma série de produtores autônomos de bens e serviços.

¹² O primeiro critério adotado foi o de tipo de atividade em relação à característica predominante das formas de organização que a integram. Por esse critério definimos como pertencentes ao emprego "organizado" atividades como os bancos, os transportes, os serviços industriais de utilidade pública, o emprego público, as atividades sociais privadas e os profissionais liberais. Da mesma forma consideramos que as empregadas domésticas e o comércio ambulante pertenceriam ao emprego "não organizado". No caso da indústria, do comércio estabelecido, dos serviços e da construção civil, nos defrontamos com a dificuldade de separar o emprego capitalista do resto. Optamos pela solução de considerar — nos três primeiros casos — como emprego "organizado" aquele consignado nos censos econômicos; como "não organizado" a diferença entre o emprego segundo o censo demográfico e o econômico para cada atividade. A hipótese é que essa diferença deveria corresponder ao emprego em estabelecimentos não registrados nas atividades mencionadas. No caso da construção civil não houve remédio possível e tivemos de considerá-la como uma categoria à parte, não pertencendo nem ao emprego "organizado" nem ao "não organizado". Uma descrição pormenorizada da metodologia empregada pode ser encontrada também no Relatório de Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, DEPE, UNICAMP, 1980.

TABELA 2

BRASIL: ESTRUTURA DO EMPREGO NÃO AGRÍCOLA SEGUNDO
OS ESTRATOS "ORGANIZADO" E "NÃO ORGANIZADO"
1950, 1960, 1970

porcentagens*

Estados	Emprego organizado			Emprego não organizado			Construção civil		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
São Paulo	66	69	66	25	22	25	9	10	10
Rio de Janeiro	67	66	64	23	24	25	10	10	11
Minas Gerais	56	52	55	33	35	33	11	12	12
R. Grande Sul	70	66	70	22	24	21	8	10	10
Bahia	46	48	50	40	39	35	14	13	15
Pernambuco	60	56	60	33	35	30	8	9	10
BRASIL	63	61	63	27	28	27	10	11	11

FONTE: DEPE, UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho. Dados originais dos Censos Demográficos e Econômicos do Brasil.

* Os totais podem não somar 100 devido a problemas de arredondamento de cifras.

Na Bahia, ao contrário, é o emprego "organizado" que ganha participação no total. As causas desse processo podem ser identificadas no dinamismo industrial do Estado — a Bahia é o Estado do Nordeste que apresenta maior crescimento industrial, impulsionado pela Petrobrás e pela SUDENE — e no apreciável ritmo de crescimento do emprego público, especialmente nos "serviços sociais"

A análise por décadas permite observar que o emprego "não organizado" se expandiu notavelmente em São Paulo durante os anos 60, o que pode estar associado com uma aceleração no processo migratório originário das zonas periféricas, especialmente as de "velha" ocupação. Esta conclusão nos é sugerida pelo fato de ser impossível explicar o fenômeno por uma "debilidade" no crescimento das oportunidades de emprego "organizado". De fato, estas crescem à elevada taxa de 4,8% ao ano, enquanto o emprego "não organizado" o faz a 6,6% ao ano, entre 1960 e 1970. Este fato ilustra adequadamente

a discrepância de nossas conclusões com as análises que supõem serem as regiões periféricas as grandes responsáveis pela expansão do "emprego não organizado"⁽¹³⁾.

Durante a década dos anos setenta o emprego nas atividades "modernas" continuou mostrando grande dinamismo a julgar pelas informações parciais disponíveis. A tabela 3 reúne alguns indicadores sobre o crescimento do emprego industrial na região mais "desenvolvida" do País, pelos quais é possível apreciar o elevado ritmo de expansão do número de ocupados durante os primeiros anos da década. Nos últimos anos a desaceleração econômica traduziu-se em um

13 Pudemos destacar, contudo, que em 1960 havia uma certa subestimação no emprego "não organizado" em São Paulo, o que poderia explicar uma parte deste ritmo de crescimento tão elevado. O certo, contudo, é que o dinamismo deste tipo de emprego foi tão alto quanto o resto entre 1950 e 1970, o que se deduz da constância de sua participação no total.

TABELA 3

BRASIL: INDICADORES DE DINAMISMO DO EMPREGO NAS ATIVIDADES "MODERNAS" NA DÉCADA DOS ANOS 70

Taxas percentuais de crescimento anual

		Taxas de crescimento anual
Emprego Industrial em estabelecimentos de 5 e mais ocupados 1970-74*		
	Brasil	8,4
	Est. São Paulo	8,8
Emprego Industrial Total 1970-76**		
	Est. São Paulo	8,6
Emprego Industrial na área metropolitana de São Paulo (média mensal)***		
	1971-74	9,2
	1974-78	2,6
	1971-78	5,6

* FONTE: IBGE, Censo Industrial — 1970 e Pesquisa Industrial, 1974.

** FONTE: Censo Demográfico e PNAD, 1976.

*** FONTE: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

lento crescimento do emprego industrial. Estes indicadores permitem-nos antecipar que os dados do censo de 1980 certamente confirmarão, em grandes linhas, o que ocorreu durante os vinte anos anteriores a 1970: grande expansão do emprego nas atividades mais modernas das cidades, junto com o crescimento do emprego na "pequena produção" urbana. De qualquer modo, as cifras do crescimento do emprego industrial permitem antecipar também um provável declínio na participação da produção não tipicamente capitalista no total do emprego não agrícola em 1980.

A expansão do emprego não organizado nas atividades terciárias

No período para o qual a informação é mais rica (1950-70) devem ser sublinhados alguns rasgos importantes da evolução do em-

prego na pequena produção das atividades terciárias.

No Comércio de Mercadorias, a expansão do emprego acompanhou o ritmo de crescimento da mão-de-obra urbana. Dentro da atividade, os ritmos de crescimento do emprego "organizado" e "não organizado" foram quase idênticos, o que sugere ter ocorrido ao mesmo tempo a capitalização desta atividade e a extensão "horizontal" dos canais de comercialização (ver a tabela 4). Este último fenômeno está vinculado ao processo de crescente "mercantilização" da economia tradicional nas regiões periféricas.

O processo de capitalização do comércio "organizado" pode ser comprovado pela diminuição da proporção de empregadores e autônomos (42% a 28% do total entre 1950 e 1970) e o aumento do número de empregados (50% a 62%; ver a tabela 5). Este processo ocorreu somente nos Estados mais

TABELA 4
BRASIL: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NO COMÉRCIO SEGUNDO OS ESTRATOS
"ORGANIZADO" E "NÃO ORGANIZADO" E SEGUNDO ALGUMAS CATEGORIAS OCUPACIONAS 1950-70

porcentagens

	Total do Comércio			Comércio "organizado"			Comércio "não organizado"			Autônomos no comércio			Vendedores ambulantes e feirantes		
	50/60	60/70	50/70	50/60	50/70	60/70	50/60	50/70	60/70	50/60	50/70	60/70	50/60	50/70	60/70
São Paulo	5,1	5,3	5,2	4,3	5,1	5,9	6,5	1,1	7,1	5,0	6,0	9,6	2,8	6,1	
Rio de Janeiro	3,6	3,6	3,6	0,8	2,9	5,1	10,1	-1,2	6,2	2,9	4,5	6,5	0,2	3,3	
Minas Gerais	5,1	3,4	4,2	3,0	4,0	5,0	9,0	0,2	6,2	2,2	4,2	9,6	0,6	5,0	
Rio Grande do Sul	4,3	4,2	4,3	2,3	4,5	6,7	10,6	-11,7	5,6	3,1	4,3	9,1	1,4	5,2	
Bahia	3,3	4,7	4,0	3,4	4,4	5,4	2,2	2,2	4,8	4,5	4,6	4,3	2,7	3,5	
Pernambuco	2,9	2,6	2,8	2,5	4,4	6,4	3,7	-7,7	3,2	3,4	3,3	3,6	3,3	3,4	
Brasil	4,6	4,8	4,7	3,2	4,7	6,2	7,4	-0,2	5,9	4,3	5,1	7,6	2,3	4,9	

FONTE: DEPE, UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados originais dos Censos Econômicos e Demográficos do Brasil.

TABELA 5

BRASIL: ESTRUTURA PORCENTUAL DO EMPREGO NO
"COMÉRCIO ORGANIZADO" SEGUNDO CATEGORIAS
OCUPACIONAIS 1950 E 1970

Porcentagens

Estados	Empregadores e autônomos		Empregados		Trabalhadores familiares	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970
São Paulo	37,4	18,9	57,0	76,2	5,6	4,8
Rio de Janeiro	29,4	13,3	67,5	84,4	3,1	2,3
Minas Gerais	50,4	30,1	40,2	61,5	9,3	8,3
Rio Grande do Sul	39,0	24,5	49,0	66,8	12,0	8,7
Bahia	51,9	44,1	41,2	40,7	6,9	15,2
Pernambuco	45,3	41,8	45,3	40,0	9,3	18,2
BRASIL	42,2	28,8	49,9	62,1	7,9	9,0

FONTE: DEPE, UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados originais dos Censos Econômicos e Demográficos do Brasil.

"desenvolvidos" (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul). Na Bahia e Pernambuco os dados da tabela 5 permitem observar nitidamente a "reprodução" do pequeno comércio.

Em contraste com o anterior, a tabela 4 permite apreciar que o número de autônomos e o de ambulantes e feirantes cresceu a ritmos muito elevados no período. O mais notável, além disso, é que esta expansão foi mais rápida em São Paulo.

Nos chamados "serviços", a evolução guarda certa lógica com o ocorrido nas demais atividades (ver Tabela 6). A expansão foi mais rápida no Rio de Janeiro e em São Paulo do que nos demais Estados considerados e do que no resto do Brasil, porque os centros de maior renda são mais demandadores de serviços do que os mais pobres. Não ocorreu, portanto, a expansão "horizontal" dos serviços de baixa qualificação nas regiões periféricas.

Em termos ocupacionais, o serviço doméstico respondia em 1970 por 60% do emprego total nos "serviços não organizados" e seu crescimento foi apreciável justamente nos

grandes centros urbanos — em São Paulo, verificou-se segundo a taxa de 6,4% entre 1950 e 1970. Não foi apenas o emprego doméstico que cresceu em São Paulo; também os outros "serviços não organizados" o fizeram ao elevado ritmo de 5,2% ao ano, muito superior, portanto, ao observado nos demais Estados.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E RENDA

O emprego nas formas não tipicamente capitalistas de organização não pode ser devidamente captado pelos censos econômicos, obrigando-nos a recorrer aos censos demográficos. Isso conduz a elevar o grau de imprecisão na definição das categorias ocupacionais e a restringir a informação sobre os aspectos econômicos propriamente ditos das atividades em que as pessoas estão ocupadas.

Na impossibilidade de promover pesquisas especiais que procurem abranger os aspectos deficientes das fontes disponíveis, não temos outro remédio que não o de estabelecer

TABELA 6
BRASIL: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS 1950-70

Porcentagens

Estados	Total do Emprego em "serviços organizados"			Total do Emprego em "serviços não organizados"			Serviço Doméstico		
	50/60	60/70	50/70	50/60	60/70	50/70	50/60	60/70	50/70
São Paulo	3,6	3,1	3,2	4,7	5,6	5,2	5,4	7,5	6,4
Rio de Janeiro	0,1	3,6	1,8	3,1	4,1	3,6	2,9	5,3	4,1
Minas Gerais	2,1	2,1	2,1	5,3	3,3	4,3	2,5	4,3	3,8
Rio Grande do Sul	1,1	3,8	2,4	4,3	3,7	4,0	3,3	5,2	4,2
Bahia	3,7	2,3	3,0	4,6	1,6	3,1	2,8	4,2	3,5
Pernambuco	2,3	1,0	1,7	3,3	3,0	3,1	2,6	4,0	3,3
BRASIL	2,1	3,9	3,0	4,8	4,1	4,5	3,9	5,9	4,9

FONTE: DEPE, UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil. Dados originais dos Censos Econômicos e Demográficos do Brasil.

alguns cortes analíticos na informação, introduzindo, novamente, algumas hipóteses “heróicas” para chegar a uma aproximação grosseira dos fenômenos que procuramos focalizar. Afortunadamente, tivemos acesso a uma tabulação especial do Censo Demográfico de 1970, contendo informação para cerca de 240 ocupações classificadas segundo sexo e a categoria ocupacional (conta própria e empregados particulares), para cada um dos cerca de 120 municípios com mais de 50 mil habitantes e para algumas áreas metropolitanas.

Em primeiro lugar, isolamos as ocupações típicas de técnicos, administradores e profissionais universitários, por um lado, e as não manuais com algum grau de especialização, por outro. Restou o grande contingente de ocupações manuais e não manuais não especializadas, com as quais passamos a trabalhar usando os cortes de atividade predominante, categoria ocupacional e sexo.

Ao nível da atividade, reagrupamos aproximadamente 200 ocupações em 42 novos grupos, de sorte a chegarmos próximos à classificação industrial de atividades econômicas. Sobre este corte separamos os assalariados dos trabalhadores por conta própria. No primeiro grupo, separamos o serviço doméstico do resto; no segundo, introduzimos três cortes: empresas familiares, pequenos vendedores de serviços e trabalhadores por conta própria subordinados. Nas empresas familiares incluímos os trabalhadores autônomos, cuja atividade supunha o manejo de algum equipamento; basicamente os que se dedicaram à atividade industrial, comércio estabelecido e a alguns serviços especializados. No segundo grupo (pequenos vendedores de serviços) incluímos essencialmente os autônomos do comércio ambulante, dos serviços e da construção civil. Entre os trabalhadores por conta própria subordinados, por fim, incluímos alguns casos especiais como: vendedores ambulantes “empregados”; engraxates “empregados” e as costureiras, bordadeiras, rendeiras e rendeiras empregadas do sexo feminino¹⁴.

¹⁴ A inclusão desse último grupo de ocupados nesse tipo de organização é certamente a definição mais arbitrária de todas pois as mulheres

As grandes deficiências desta metodologia — que não podem ser sanadas por falta de dados — referem-se à impossibilidade de distinguir entre os assalariados das organizações tipicamente capitalistas e os da pequena produção não tipicamente capitalista, por um lado e, por outro, à impossibilidade de incluir os trabalhadores familiares não remunerados e alguns “patrões” no emprego não tipicamente capitalista. Além disso, obviamente, não pudemos chegar à caracterização da estrutura total da ocupação pela exclusão dos empregados públicos e dos patrões em geral. Não obstante, para fins de comparação incluiremos, também, em algumas tabelas, os dados referentes aos técnicos, administradores e profissionais e às ocupações não manuais especializadas.

Estrutura ocupacional e renda média nas grandes cidades

As pessoas que conseguimos definir como pertencentes à pequena produção não tipicamente capitalista, representavam uma significativa parcela do emprego total das oito áreas metropolitanas mais importantes do País (ver a tabela 7). Em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba a mesma somava 18% e 19% respectivamente, chegando a porcentagem em torno dos 25% em Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza (em Porto Alegre somava cerca de 16%). Devemos observar que esta proporção é uma estimativa de mínimo já que não in-

costureiras podem estar numa grande fábrica, como serem “subcontratadas” num sistema parecido ao *putting-out*. Nas regiões mais “periféricas” é possível que a segunda alternativa seja mais freqüente, enquanto nas áreas desenvolvidas é mais provável a ocorrência de relações tipicamente capitalistas. Assim, por exemplo, enquadravam-se nesta situação 2.554 mulheres do Grande Recife, cuja renda média era Cr\$ 127,00 mensais, em 1970. Em São Paulo, em troca encontramos 47.332 mulheres com renda média de Cr\$ 207,00. (O salário mínimo no Recife era de Cr\$ 144,00 e em São Paulo, de Cr\$ 187,00. Estas diferenças de inserção na estrutura ocupacional alteram a própria renda média do grupo dos “trabalhadores por conta própria” subordinados em ambas as cidades, como veremos depois.

TABELA 7
BRASIL: ESTRUTURA OCUPACIONAL DAS GRANDES CIDADES, 1970*

Estrutura Ocupacional	Porcentagens							
	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Grande Porto Alegre	Belo Horizonte	Curitiba	Salvador	Grande Recife	Fortaleza
1. Téc. Adms. e Profissionais	5,4	4,9	5,2	5,3	5,6	4,4	3,7	3,7
2. Ocupações não manuais especializadas	13,6	10,8	11,2	11,2	12,2	9,5	7,6	7,8
3. Ocupações manuais e não manuais não especializadas:								
Assalariados	34,4	30,7	25,3	30,4	28,9	30,1	26,8	27,4
Autônomos em empresas familiares	2,3	1,9	2,0	2,1	2,7	2,2	2,2	2,9
Pequenos vendedores de serviços	4,9	5,2	4,0	7,3	4,8	9,8	8,9	11,6
Trabalhadores por conta própria subordinados	2,1	1,2	1,0	1,0	0,7	1,1	1,2	1,6
Serviço doméstico	8,5	10,7	8,5	14,1	10,2	13,7	11,9	10,9
Total da população economicamente ativa não agrícola	100	100	100	100	100	100	100	100

* Refere-se somente aos empregados particulares e os trabalhadores por conta própria. Os totais não somam 100 devido à exclusão de empregados públicos, das ocupações vinculadas à Defesa Nacional e Segurança Pública, dos trabalhadores familiares e dos patrões em geral.

FONTE: DEPE/UNICAMP. Pesquisa sobre Mercado de Trabalho no Brasil, 1980 dados originais: FIBGE, Censo Demográfico de 1970, Tabulações Especiais preparadas para o INPES, IPEA.

TABELA 8

BRASIL: ÍNDICES DA RENDA MÉDIA DOS ESTRATOS OCUPACIONAIS DAS GRANDES CIDADES
EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL, 1970

Índices com base no salário mínimo de cada cidade = 100

Estrutura Ocupacional	Grande São Paulo		Grande Rio de Janeiro		Grande Porto Alegre		Curitiba	Belo Horizonte	Salvador	Grande Recife	Fortaleza
1. Téc. Administradores e Profissionais	896	811	735	738	751	847	779	648			
2. Ocupações não manuais especializadas	346	327	309	318	292	344	320	314			
3. Ocupações manuais e não manuais não especializadas											
Assalariados	189	160	158	161	136	165	139	141			
Autônomos em empresas familiares	341	283	321	343	285	283	258	233			
Pequenos vendedores de serviços	205	149	161	188	111	116	98	110			
Trabalhadores por conta própria subordinados	123	125	120	148	112	102	94	91			
Serviços domésticos	75	65	56	57	42	43	36	33			

Nota:

Valores do salário mínimo em 1970: São Paulo: Cr\$ 187,20
 Rio de Janeiro: Cr\$ 187,20
 Belo Horizonte: Cr\$ 177,60
 Curitiba: Cr\$ 170,20
 Porto Alegre: Cr\$ 170,40
 Salvador: Cr\$ 144,00
 Recife: Cr\$ 144,00
 Fortaleza: Cr\$ 124,80

FONTE: DEPE/UNICAMP Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho no Brasil 1980. Dados Originais: FIBGE. Censo Demográfico de 1970. Tabulações Especiais preparadas para o INPES/IPEA.

clui os trabalhadores e os patrões e assalariados das "empresas", que na seção anterior caracterizamos como "quase-capitalistas". Além disso, devemos lembrar que excluimos deliberadamente os autônomos pertencentes às ocupações de técnicos administradores e profissionais e os não manuais especializados.

Estas informações, junto com as analisadas na primeira parte desta seção, permitem-nos observar que apesar do menor *dinamismo* na geração de empregos de "baixa qualificação" durante o período de 1950 a 1970, as áreas urbanas pertencentes à periferia concentravam uma mais alta *proporção* de emprego terciário, especialmente de "pequenos vendedores de serviços" e "serviço doméstico" em 1970. Isto certamente deve-se tanto à gravitação que estes setores já tinham antes de 1950 no emprego nestas cidades, quanto ao baixo dinamismo na geração de emprego nas atividades "modernas". Nas grandes cidades do Centro-Sul, ao contrário, o maior dinamismo do emprego terciário "de baixa qualificação" não chega a aparecer na estrutura dos anos 70, justamente pelas razões inversas a essas.

As diferenças de renda média de cada um dos grupos ocupacionais definidos, apresentam um grau de semelhança realmente notável entre as oito áreas metropolitanas estudadas. A fim de evitar, ao menos em parte, que as diferenciações regionais introduzissem problemas de comparabilidade, construímos a tabela 8, em que as rendas de cada estrato estão calculadas na forma de índice, tendo por base o salário mínimo local vigente na época do Censo Demográfico. Podemos, assim, observar que os técnicos, administradores e profissionais têm uma renda média em torno de sete a oito vezes o salário mínimo local, sendo maior a proporção em São Paulo e menor em Fortaleza. A renda média dos não manuais especializados é, por sua vez, cerca de três vezes o salário mínimo e em *todos os casos é muito semelhante à dos autônomos* em "empresas familiares", das ocupações manuais e não manuais não especializadas.

Dentro das ocupações manuais e não manuais não especializadas, a estrutura de rendas também é muito semelhante entre as seis áreas metropolitanas. Os autônomos em "em-

presas familiares" têm as rendas mais altas, seguidos em geral dos assalariados que percebem, em média, entre 1,3 e 1,9 vezes o salário mínimo local. Esta renda é mais ou menos semelhante à dos "pequenos vendedores de serviços" em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, sendo, porém, superior às rendas desse grupo nas demais cidades. No caso de São Paulo e Rio de Janeiro temos um mercado bastante concentrado para "serviços" e, além disso, é justamente nestas duas cidades, além de Porto Alegre e Curitiba, onde a proporção de "pequenos vendedores de serviços" é menor em relação ao total da população economicamente ativa dentre as cidades consideradas. Em suma, as altas rendas poderiam estar sendo explicadas, neste caso, tanto por um maior "espaço econômico" como por uma menor "dimensão ocupacional".

É interessante observar que estes dados, de alguma maneira, são compatíveis com a estrutura da "despesa global" por família, de acordo com a categoria sócio-econômica do chefe de família, segundo a pesquisa realizada em 1974 pelo IBGE⁽¹⁵⁾. Na tabela 9 comparamos as diferenças de renda entre pequenos vendedores de serviço e os assalariados manuais e não manuais não especializados, utilizando os dados da tabela 8 e as diferenças que a pesquisa do IBGE registra entre "conta própria não estabelecido" e os "empregados manuais" para os setores não agrícolas de algumas regiões do Brasil. Apesar da diferença de critérios das categorias, da diferença de cobertura geográfica — os dados censitários de que dispomos se referem às regiões metropolitanas das grandes cidades e os do IBGE às regiões e/ou Estados indicados na tabela — pode-se notar, *grosso modo*, a existência de uma relação mais ou menos compatível entre as rendas dessas categorias segundo as

15 Veja-se a propósito: IBGE, *Estudo Nacional de Despesa Familiar*. Trata-se de uma pesquisa dedicada a levantar todos os gastos das famílias, incluindo os aumentos de ativos (reais e financeiros) e diminuição do passivo. O conceito de despesa pode, portanto, neste caso, ser assimilado ao de renda (pessoal) familiar, especialmente para o caso dos trabalhadores por conta própria e assalariados.

TABELA 9

BRASIL: RELAÇÃO ENTRE AS RENDAS DOS ESTRATOS
INFERIORES DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS E DOS
ASSALARIADOS EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS – 1970 E 1974

Índices

	Renda dos	Renda dos estratos	
	Estratos inferiores dos assalariados	inferiores dos autônomos	
	1970 e 1974	1970	1974
Estado de São Paulo	100		150
Grande São Paulo	100	108	
Estado do Rio de Janeiro	100		119
Grande Rio de Janeiro	100	93	
Região Sul	100		127
Grande Porto Alegre	100	102	
Curitiba	100	116	
Região Nordeste	100		91
Salvador	100	70	
Grande Recife	100	70	
Fortaleza	100	78	
Estados de Minas Gerais e Espírito Santo	100		109
Belo Horizonte	100	82	

Nota: Definições adotadas:

Estrato Inferior dos assalariados

1970: Ocupações manuais e não manuais não especializadas.

1974: Ocupações manuais.

Estrato inferior dos autônomos

1970: "pequenos vendedores de serviços" (ver definição no texto)

1974: Conta própria não estabelecidos

FONTE: 1970, tabela 8 (Tabulações especiais do Censo Demográfico).

1974: IBGE, *Estudo Nacional da Despesa Familiar*, Rio de Janeiro, 1979.

áreas geográficas. Assim, no Centro-Sul o estrato inferior dos trabalhadores autônomos tende a apresentar renda mais elevada do que o estrato inferior dos assalariados, o contrário ocorrendo no nordeste do Brasil.

Os "trabalhadores por conta própria subordinados", por seu turno, recebem em torno do salário mínimo em Belo Horizonte,

Salvador, Recife e Fortaleza e algo mais do que o mínimo (20%) nas mesmas cidades onde os "pequenos vendedores de serviços" tinham rendas relativamente elevadas (em Curitiba a diferença alcança quase 50%). Finalmente, o serviço doméstico apresenta as mais baixas rendas de todos os grupos, variando a proporção em relação ao salário mí-

nimo de incríveis 33% a 36% em Fortaleza e Recife e até 75% em São Paulo⁽¹⁶⁾. Deve ser sublinhada a importância do Serviço Doméstico como proporção do emprego em todas as cidades consideradas. Apenas em São Paulo e Porto Alegre esta proporção situa-se (levemente) abaixo dos 10%, chegando a 14% em Belo Horizonte e Salvador.

O emprego não capitalista em cidades médias

Nas tabelas 10 e 11 reunimos informação similar à utilizada para as grandes cidades em relação ao emprego e à renda na pequena produção das cidades. Incluímos as capitais do Nordeste que não podem ser caracterizadas como grandes cidades e oito cidades médias do Centro-Sul.

A participação no emprego total das formas não tipicamente capitalistas de organização nas cidades médias obedece a um padrão de comportamento similar ao das grandes cidades nas regiões consideradas. Nas cidades do Nordeste, o emprego na "pequena produção" representa ao menos uma porcentagem superior aos 25 por cento, enquanto nas cidades do Centro-Sul a cifra característica gira em torno dos 20 por cento. A diferença mais marcante é sem dúvida a participação dos "pequenos vendedores de serviços" que nas cidades da periferia alcança cifras entre 9 e 13 por cento, enquanto no Centro-Sul as maiores porcentagens não ultrapassam em geral os 6 por cento. Alguma diferença pode ser observada também no que diz respeito à participação do emprego doméstico no total, sendo mais elevada no Nordeste (10 a 16 por cento) e mais reduzida no Centro-Sul (6 a 13 por cento).

A estrutura das rendas médias dos ocupados nos diversos tipos de organização da pequena produção nas cidades médias também mostra um padrão de comportamento muito similar ao das grandes cidades entre as regiões mais "desenvolvidas" e as mais "atra-

sadas" do País (compare-se a tabela 11 com a tabela 8). A renda dos autônomos em empresas familiares é bastante superior à do salário mínimo em todos os casos (em geral mais do que o dobro). A renda dos pequenos vendedores de serviço é substancialmente superior ao salário mínimo nas cidades do Centro-Sul o que não ocorre no Nordeste (São Luiz é a exceção). A renda dos trabalhadores por conta própria subordinados situa-se em torno do salário mínimo tanto no Nordeste como nas cidades médias do Centro-Sul (São Luiz novamente é exceção). Ao contrário do que ocorre nas grandes áreas metropolitanas do Centro-Sul a renda das empregadas domésticas nas cidades médias dessa região não é muito superior à que se observa na "periferia".

Salário mínimo e renda dos ocupados nas organizações não tipicamente capitalistas

Os dados da tabela 8 nos sugerem, também, uma especulação sobre o poder do salário mínimo (a taxa ou piso salarial da economia), como um parâmetro ordenador de todas as rendas de assalariados e dos ocupados em formas de organização não tipicamente capitalistas. Devemos lembrar que estamos trabalhando com rendas médias e que quando observamos que os assalariados manuais e não manuais não especializados situam-se, em média, em 1,5 salários mínimos, temos de concluir que uma parte bastante significativa ganha o mínimo ou algo muito próximo a esse valor.

A fim de ilustrar adequadamente o ponto, construímos as tabelas 12 e 13, nas quais referimos as rendas médias de cada categoria à média de São Paulo para as oito grandes áreas metropolitanas do País. Na primeira das tabelas tomamos os valores absolutos das rendas e na segunda os índices de renda ponderados pelo salário mínimo local. Dado que os salários mínimos são diferenciados regionalmente, sendo mais elevados nos maiores centros, e que também as rendas médias das grandes cidades são mais elevadas do que as demais para cada grupo ocupacional, a tabela 13 revela um grau de dispersão regional das rendas

¹⁶ As empregadas domésticas percebem também uma "remuneração em espécie" que não está computada na renda média. Sua inclusão, contudo, não alteraria substancialmente nossas conclusões.

TABELA 10

BRASIL: PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO EM "ORGANIZAÇÕES
NÃO TÍPICAMENTE CAPITALISTAS" NO TOTAL NÃO AGRÍCOLA
EM ALGUMAS CIDADES MÉDIAS – 1970

Porcentagens

	Autônomos em empres. famil.	Pequenos vended. de serv.	Trabalhadores por conta pró- pria subordin.	Serviço doméstico
<i>Cidades Médias do Nordeste</i>				
Maceió	3,3	9,0	0,8	14,4
João Pessoa	2,2	9,8	1,3	16,2
Natal	3,3	11,0	1,9	12,8
Teresina	4,3	13,2	0,9	10,2
São Luiz	3,8	8,8	1,1	10,0
<i>Cidades Médias do Centro-Sul</i>				
Campinas	1,9	4,6	0,9	10,3
Santos	2,2	4,8	1,0	9,4
Ribeirão Preto	2,6	6,6	0,9	13,3
Sorocaba	2,2	5,3	1,3	8,7
Jundiaí	2,0	4,0	0,8	6,1
Petrópolis	2,8	4,5	1,8	10,9
Londrina	3,3	6,7	1,2	11,4
Pelotas	3,3	6,2	0,5	10,8

FONTE: DEPE/UNICAMP, Pesquisa sobre o mercado de trabalho no Brasil, 1980,
Tabulações Especiais preparadas para o INPES/IPEA.

de cada grupo muito menos que a tabela 12.

Mais do que um resultado meramente tautológico, este fato sugere a importância do salário mínimo na orientação de todas as rendas do trabalho nas diversas cidades. Logicamente deveríamos esperar que este fato se verificasse em relação aos assalariados em geral; o significativo é que ocorra, também, com as rendas dos autônomos.

Em segundo lugar podemos observar também, a partir da tabela 13, a extraordinária semelhança das rendas dos estratos ocupacionais entre as diversas cidades quando referidas ao salário mínimo local. Em todas as categorias, inclusive as de autônomos em empresas familiares e de "trabalhadores por conta própria subordinados" as diferenças nas

rendas médias em termos de salário mínimo não ultrapassam em geral os 25%. As duas únicas exceções são as de "pequenos vendedores de serviço" e "serviço doméstico" nas cidades da "periferia" ou próximas a ela: Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte. Devemos lembrar o que antes dissemos a respeito dos dados da tabela 7. na qual observa-se que justamente nessas duas categorias a proporção do emprego era maior do que nas outras três cidades consideradas. Estes dados são compatíveis com nossa interpretação de que a renda dos ocupados na pequena produção é uma variável resultado que ajusta um "espaço econômico" com uma dada "dimensão ocupacional" funcionando o salário mínimo com uma espécie de "farol" de orienta-

TABELA 11

BRASIL: RENDA MÉDIA EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL DOS OCUPADOS EM "ORGANIZAÇÕES NÃO TÍPICAMENTE CAPITALISTAS" EM ALGUMAS CIDADES MÉDIAS, 1970

Índices: Bases Salário Mínimo, de Cada Cidade = 100

	Autônomos empresas familiares	Pequenos vendedores de serv.	Trabalhad. por conta prop. subor.	Serviço doméstico
<i>Cidades Médias do Nordeste</i>				
Maceió *	297	119	100	35
João Pessoa *	231	106	95	30
Natal *	251	102	92	29
Teresina *	161	99	86	26
São Luiz *	219	147	156	35
<i>Cidades Médias do Centro-Sul</i>				
Campinas **	318	176	111	54
Santos **	321	202	116	66
Ribeirão Preto **	239	125	83	44
Sorocaba **	283	150	85	39
Jundiaí **	306	157	114	44
Petropolis **	235	134	104	59
Londrina ***	251	149	98	41
Pelotas ***	223	116	91	36

* Salário Mínimo : Cr\$ 124,80

** Salário Mínimo : Cr\$ 187,20

*** Salário Mínimo : Cr\$ 170,40

FONTE: DEPE/UNICAMP — pesquisa sobre o mercado de trabalho no Brasil, 1980
Dados originais: FIBGE, Censo Demográfico de 1970. Tabulações Especiais preparadas para o INPES/IPEA.

ção. O escasso dinamismo ocupacional das três cidades mencionadas (Salvador, Recife e Belo Horizonte) teria obrigado, assim, uma maior proporção de pessoas a disputarem um dado espaço econômico, rebaixando sua renda média e fazendo com que o salário mínimo perdesse seu poder "irradiador" sobre as demais rendas.

ALGUMAS CONCLUSÕES

As informações com que trabalhamos no presente artigo permitem-nos tomar por relati-

va a idéia, muitas vezes defendida, de que a miséria e a marginalização urbana no Brasil sejam fenômenos associados *direta e exclusivamente* com o baixo ritmo de criação de empregos nas atividades modernas. Pelo que podemos apreciar nas cifras censitárias, podemos concluir que a economia urbana além de dinâmica na criação de empregos foi capaz de gerar "espaços" para a reprodução da pequena produção organizada em moldes não tipicamente capitalistas. Estes "espaços" não estiveram apenas confinados nas regiões periféricas onde o "capitalismo ainda não penetrou" como é comum dizer, mas

TABELA 12
BRASIL: ÍNDICES DA RENDA MÉDIA (ABSOLUTA) DE CADA ESTRATO OCUPACIONAL NAS GRANDES CIDADES EM RELAÇÃO À RENDA DE SÃO PAULO

Índices com Base na Renda Média dos Estratos Ocupacionais de S. Paulo = 100

Estrutura Ocupacional	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Grande Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte	Salvador	Grande Recife	Fortaleza
	Téc. Administradores e Profissionais	100	90	75	75	79	73	67
Ocupações não manuais especializadas	100	95	81	84	80	77	71	61
Ocupações manuais e não manuais não especializadas:								
assalariados	100	85	76	78	68	67	57	50
Autônomos em empresas								
familiares	100	83	85	91	79	64	58	45
pequenos vendedores de serviços	100	73	72	84	52	44	37	36
trabalhadores por conta própria								
subordinados	100	101	88	109	86	64	58	49
Serviço doméstico	100	86	68	69	52	44	37	29

FONTE: DEPE/UNICAMP Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, 1980. Dados Originais: FIBGE Censo Demográfico de 1970. Tabulações Especiais preparadas para o INPES/IPEA.

TABELA 13
BRASIL: ÍNDICES DA RENDA MÉDIA (EM TERMOS DE UNIDADES DE SALÁRIO MÍNIMO LOCAL)
DE CADA ESTRATO OCUPACIONAL NAS GRANDES CIDADES EM RELAÇÃO À RENDA DE SÃO PAULO

Índices com Base na Renda Média (em termos de Salário Mínimo) de São Paulo

Estrutura Ocupacional	Grande São Paulo		Grande Rio de Janeiro	Grande Porto Alegre	Curitiba	Belo Horizonte	Salvador	Grande Recife	Fcrtaleza
	100	100	90	82	82	84	95	87	72
Téc. Administradores e Profissionais			95	89	92	85	99	93	91
Ocupações não manuais especializadas									
Ocupações manuais e não manuais não especializadas:									
Assalariados	100		85	84	86	72	87	74	75
Autônomos em empresas familiares	100		83	94	100	83	83	76	68
Pequenos vendedores de serviços	100		73	79	92	54	57	48	54
trabalhadores por conta própria subordinados	100		101	97	119	91	83	76	73
serviço doméstico	100		86	75	76	55	57	48	44

FONTE: Tabela 8

também, e muito especialmente, reproduziram-se no coração industrial do País. Em termos ocupacionais, a proporção dos ocupados nas atividades modernas e nas formas não tipicamente capitalistas dentro da População Ativa Urbana parece haver-se mantido inalterada durante este período.

A heterogeneidade de situações dentro da ocupação "não tipicamente capitalista" por outro lado, é muito grande. Uma parte menor da mesma concentra-se em atividades onde o "grau de facilidade de entrada" é pequeno e onde, portanto, a renda média é mais elevada. Nestes casos a renda é, inclusive, bastante superior às dos assalariados em ocupações afins. A maior parte, contudo, está constituída pelo que antes denominamos Pequenos Vendedores de Serviços, Trabalhadores por Conta Própria Subordinados e Serviço Doméstico. Nestes casos, as rendas não apenas são sistematicamente inferiores à média dos salários de ocupações afins, como especialmente nas regiões "periféricas" são inferiores ao próprio salário mínimo (a "taxa de salários" da economia).

A possível relação da renda dos ocupados na pequena produção com o salário mínimo foi sugerida na última seção do presente trabalho, mas infelizmente não possuímos elementos para sermos mais conclusivos. De qualquer maneira, é oportuno lembrar que o salário mínimo real sofreu uma drástica redu-

ção durante a década dos anos sessenta, como consequência da política salarial, em especial do período 1964-67. O nível do salário mínimo real ao final dos anos sessenta era cerca de 40 por cento menor do que o vigente 10 anos antes.

Ao mostrar que a situação econômica dos ocupados na pequena produção é heterogênea; que é radicalmente diferente a posição que os mesmos ocupam no Centro-Sul do País e no Nordeste e finalmente que em São Paulo foi onde se observaram as maiores taxas de expansão do emprego não tipicamente capitalista no conjunto do País, de alguma maneira estamos abrindo espaço para outros fenômenos no conjunto de causas do caráter "excludente" do modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Não há dúvida de que uma parcela da força de trabalho ocupou-se em atividades onde não se consegue obter renda igual à dos assalariados mais pobres. Entretanto, a grande lição do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas é que o fato de estar integrado a uma atividade moderna não garante, *a priori*, um certo status sócio-econômico à força de trabalho. Os baixos níveis salariais, que obrigam uma substancial parcela de assalariados a viverem em condições de extrema pobreza, devem ser "resgatados" como uma manifestação importante do caráter "excludente" do modelo brasileiro. Esse tema foi tratado em outros trabalhos (Souza, 1980, Tavares e Souza, 1980).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPAL. El proceso de industrialización en America Latina, Santiago E-CN-12-716 Rev. 2, 1966.

DEEPE-UNICAMP. Relatório das pesquisas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, Campinas, (mimeo), 1980.

FARIA, W. Tese de Doutorado não publicada, Harvard University, 1976.

OLIVEIRA, F. *Economia Brasileira: Crítica à*

razão dualista, Seleções CEBRAP, 2ª edição, São Paulo, 1976.

PINTO, A., Concentración del Progreso Técnico y de sus frutos en el desarrollo de America Latina. *El Trimestre Económico*, México, XXXII (125), janeiro-março, 1965.

SOUZA, P. R. *A Determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas*. Tese de doutorado, Campinas, UNICAMP, mimeo, 1980.

EMPREGO

SOUZA, P. R. e TOKMAN, V. E. The informal urban sector in Latin America. *International Labour Review*, Geneva, 114 (3), novembro-dezembro, 1976.

TAVARES, M. C. e SOUZA, P. R. *Emprego e Salários na Indústria*. Caso Brasileiro a ser

apresentado no VI Congresso da Associação Mundial de Economia, México, agosto de 1980.

VUSKOVIC, P. Distribución del Ingreso y Opciones de Desarrollo. Cuadernos de la Realidad Nacional, Santiago, 5, 1970.